

e ensino do Direito, adaptada a partir de uma versão policopiada para uso dos estudantes sob o título *Teoria geral da relação jurídica*. Referência ainda para estudos e obras como *Cessão da posição contratual*, *Valor dos actos dos dementes* ou *Manifestações jurídico-privadas da vida económica moderna*. Numa carreira fortemente vocacionada para a investigação, dirigiu a *Revista de Direito e Estudos Sociais* e foi redator da *Revista de Legislação e Jurisprudência*. Foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo, a Grã-Cruz de Isabel, a Católica, de Espanha, a Grã-Cruz de Ouro da Ordem do Mérito da Áustria, a Grã-Cruz da Ordem de Danburg do Reino da Dinamarca e com a distinção de Grande-Oficial do Mérito Civil da Itália. Aquando da aprovação da Constituição, a 2 de abril de 1976, lembra que esta tinha, inevitavelmente, defeitos e desequilíbrios e afirma: «Nos dez meses da sua nunca remansosa e quantas vezes agitada ou mesmo dramática existência, a Assembleia Constituinte foi um bastião de soberania e da vontade populares a transporem-se para o quotidiano político e para as perspetivas do curto prazo», aproveitando para recordar, por exemplo, a importância que tivera a luta e a consagração da existência da “hora prévia” ou ‘Período Antes da Ordem do Dia’, momento destinado a um debate mais centrado na atualidade política e que levantara grande celeuma.

Francisco Bairrão Ruivo

*Fontes e bibliografia*

*Arquivo Histórico Parlamentar, Assembleia Constituinte*, Registo Biográfico dos Senhores Deputados, 1975-1976. Processo individual. Arquivo Histórico Parlamentar, *Diário da Assembleia Constituinte*; Carlos Alberto da Mota Pinto, *Teoria geral do Direito Civil*, Coimbra, Coimbra Editora Limitada, 1985; Carlos Alberto da Mota Pinto, *Teoria geral da relação jurídica*, Coimbra, Almedina, 1967; Eduardo Correia, *Elogio do Doutor Mota Pinto*, Coimbra, 1985; *New York Times*, 8 de maio de 1985.

Sítios na internet: Governo de Portugal, Arquivo Histórico, disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc09/composicao.aspx?date=1983-06-09>; <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc01/composicao.aspx>.

## PINTO, Fernando Adriano

(n. 1943)



Eleito deputado pelo Partido Popular Democrático, no círculo eleitoral de Vila Real. Filho de Adriano Augusto Pinto e de Judite da Conceição Madeira Pinto, com o Curso do Magistério Primário, seguiu a carreira de professor, lecionando no ensino primário (foi diretor da Escola Primária n.º 1 de Peso da Régua). Entre setembro de 1974 e 1975, foi vereador da Câmara Municipal de Peso da Régua. Durante o seu mandato como deputado à Assembleia Constituinte, fez apenas três intervenções. A primeira aconteceu na sessão n.º 34, na qual se pronunciou sobre um recente

discurso do primeiro-ministro Vasco Gonçalves, em Almada. Acusando-o de falta de transparência e incapacidade para o cargo que ocupava, manifestou o desejo de que o presidente da República, Costa Gomes, pusesse, em breve, um fim àquele governo. Na sessão n.º 39 voltou a intervir com críticas ao governo, nomeadamente a um comunicado do Conselho de Ministros, o qual apoiava a criação da Frente Unitária Popular e à própria Frente, que acusava de ser liderada e manipulada pelo PCP. Finalmente, na sessão n.º 67, interveio sobre a crise do Douro que atribuiu à exploração excessiva, às estruturas da produção vínica e da propriedade e à falta de apoio técnico à produção. Apelou ao governo o debate destas questões, sugerindo um conjunto de medidas aos problemas apresentados e pedindo a criação de uma junta regional. Fernando Pinto integrou ainda a 7.ª Comissão (Poder Local), onde desempenhou o cargo de relator, vindo a ser substituído por Pedro Manuel Cruz na qual a partir de novembro de 1975. Fernando Pinto esteve presente na sessão de votação da Constituição da República Portuguesa (sessão n.º 131, 2 de abril de 1976). Foi candidato à I Assembleia Legislativa, em 1976, pelo PPD, no círculo eleitoral de Vila Real, não sendo eleito.

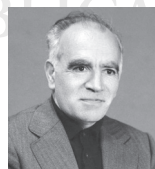
Jorge Mano Torres

#### *Fontes e bibliografia*

Arquivo Histórico Parlamentar, Assembleia Constituinte, Registo Biográfico dos Deputados, 1975-1976. Processo individual; Arquivo Histórico Parlamentar, *Diário da Assembleia Constituinte*, n.º 35 (22 de agosto de 1975, p. 931-932); n.º 40 (30 de agosto de 1975, p. 1110); n.º 68 (23 de outubro de 1975, p. 2135-2137); e n.º 132 (3 de abril de 1976, p. 4382); Barroso da Fonte, *Dicionário dos mais ilustres Transmontanos e Alto Durienses*, Guimarães, Editora Cidade Berço, 2001.

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### **PINTO, Joaquim da Costa** (1922-2006)



Joaquim da Costa Pinto nasceu em Aljustrel, em 1922, vindo a falecer na mesma localidade, em 2006. Deputado à Assembleia Constituinte pelo Partido Socialista (PS) pelo círculo de Beja. Filho de republicano, Joaquim Pinto, com a atividade de comerciante, foi, desde cedo, um opositor à ditadura, o que lhe valeu uma prisão no Aljube na década de 1950. Fez parte da comissão de candidatura de Aljustrel do general Humberto Delgado e, quando surgiu o 25 de Abril de 1974, aderiu ao PS, fundando o núcleo deste partido nesta vila mineira do distrito de Beja. No processo de substituição do poder local da ditadura por órgãos com legitimidade democrática foi eleito, em assembleia popular, presidente da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de Aljustrel, cargo que exerceu de 1974 até aos primeiros dias do ano de 1977. Nas eleições de 25 de abril de 1975 para a Assembleia Constituinte integrou a lista do PS, pelo círculo de Beja, sendo o primeiro não eleito. Quando se constituiu o VI Governo Provisório e António Lopes Cardoso deixou a Constituinte para assumir o cargo de